



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Governo Fernando Henrique Cardoso**

# **DOIS ANOS DE MUDANÇAS**

**BRASÍLIA**  
**1997**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Governo Fernando Henrique Cardoso**

**DOIS ANOS  
DE MUDANÇAS**

**BRASÍLIA**  
**1997**

Brasil, Presidente, (1995 : F. H. Cardoso)

Dois Anos de Mudanças. \* Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento, Banco Central do Brasil, 1997.

p. - (Documentos da Presidência da República.)

\* I. Cardoso, Fernando Henrique, Presidente do Brasil, 1931

\* II. Título

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>PARTE I - ECONOMIA .....</b>	<b>7</b>
1. Inflação .....	7
Distribuição de Renda .....	9
2. Crescimento .....	12
Produto Interno Bruto (PIB) .....	12
Emprego .....	13
Medidas Pró-investimento .....	14
Redução de Impostos .....	15
Redução de Custos Financeiros .....	16
Redução de Custos de Infra-estrutura .....	17
a) privatizações .....	18
b) Brasil em Ação .....	20
3. Quadro Fiscal .....	22
4. Setor Externo .....	24
Balança Comercial .....	25
Investimentos Estrangeiros .....	26
Reservas Internacionais .....	27
<b>PARTE II - ÁREA SOCIAL .....</b>	<b>28</b>
Previdência Social .....	28
Saúde .....	30
Educação .....	32
Emprego .....	34
Reforma Agrária .....	34
Comunidade Solidária .....	35
Cultura .....	36
Meio Ambiente .....	37
Defesa Nacional .....	37
Direitos Humanos .....	38
Questão Indígena .....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>



## INTRODUÇÃO

Nestes últimos dois anos, o Brasil mudou muito e para melhor. E não mudamos sozinhos, porque o mundo também tem passado por rápidas e profundas transformações.

O Brasil sente-se à vontade no mundo contemporâneo. A democracia e a liberdade econômica são hoje conquistas caras a todo o povo brasileiro. Deixamos de ver o mundo como fonte de ameaças e passamos a vê-lo crescentemente como um campo de oportunidades para a realização de nossos anseios de desenvolvimento e de justiça social. Porque é do exterior que necessariamente virão alguns dos componentes essenciais para o crescimento sustentado de nossa economia, tais como investimentos, que geram emprego, e tecnologias sofisticadas, que aumentam a capacidade de competir externamente.

A globalização é um dado da realidade e não uma opção ideológica. Temos de aceitá-la com sentido de realismo e lutar para dela extrair os maiores benefícios possíveis para o Brasil. A globalização, ao contrário do que muitos acreditam, não é uma camisa-de-força, que responderia unicamente ao livre jogo do mercado, em detrimento da autonomia e da capacidade de atuação do Estado. As regras que delimitam o campo de operação dos agentes econômicos continuam a ser definidas politicamente por Estados. Na definição destas regras, que formam o arcabouço jurídico e institucional da globalização, o jogo de poder está sempre presente. Nesse sentido, os Estados que abdicarem de ter uma participação ativa no cenário internacional estão fadados à marginalização.

O Estado deve estar bem aparelhado para que, na negociação política das regras da globalização, seus interesses sejam preservados. Tem, também, de ser

capaz de refinar sua atuação, pois o espectro de temas com que lida é mais complexo do que antes. Os que profetizaram a morte do Estado se precipitaram. De certo modo, seu papel se tornou ainda mais necessário. Além das funções clássicas, como segurança, saúde e educação, tem agora de atender, sempre no marco democrático, a demandas crescentes, por mais equidade social, por um meio ambiente saudável, pelo respeito aos direitos humanos. Um Estado coeso e bem organizado, forte portanto, estará em melhores condições de atender às necessidades oriundas da própria globalização.

Este é o pano de fundo que orienta o conjunto de ações de meu Governo, de inspiração social-democrata. Estamos conseguindo promover mudanças que melhoram o País e reforçam nossas credenciais no exterior, a começar pela própria estabilidade e pelo crescimento da economia que o Plano Real nos trouxe. Junto veio a melhora, já sensível, na distribuição de renda, em favor dos menos favorecidos.

Em minhas viagens internacionais, tenho levado comigo esta mensagem de um Brasil renovado, que ingressa em novo ciclo de expansão econômica e de maior justiça social. A governantes, empresários, jornalistas e acadêmicos dos nossos principais parceiros, apresento esse novo Brasil, que estamos construindo a cada dia. Tenho sido ouvido com atenção e os resultados têm sido muito positivos, fato de que dão prova os seguidos anúncios de novos investimentos produtivos no Brasil. Aumentou significativamente o interesse externo pelo Brasil, pois cresceu nossa credibilidade.

O balanço de realizações do Governo que se segue demonstra que o país não apenas avançou nos últimos dois anos como tem agora um rumo traçado. Um rumo que aponta na direção correta e que está tornando possível, desde já, a construção de um futuro melhor para todos os brasileiros.

**Fernando Henrique Cardoso**

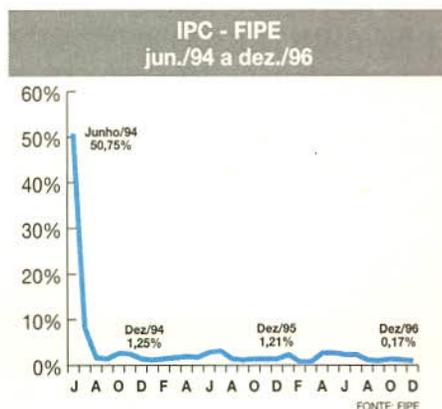
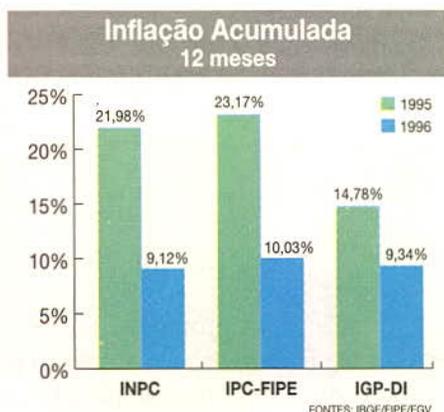
## DOIS ANOS DE MUDANÇAS \*

## PARTE I - ECONOMIA

Comecemos esse balanço de dois anos de Governo pelo que foi o ponto de partida das nossas transformações econômicas: o combate à inflação.

## 1. INFLAÇÃO

A inflação fechou o ano de 1996 no patamar dos 10%. Em 1995, o índice de inflação anual havia atingido cerca de 20%. Os índices inflacionários que o Brasil experimenta hoje não eram observados desde a década de 50. Mais de 30 meses depois do lançamento do Plano Real, a inflação continua baixando. Os índices inflacionários referentes a todo o ano de 1996 correspondem ao que já foi, há pouco mais de dois anos, o índice de inflação de apenas uma semana. Esses dados

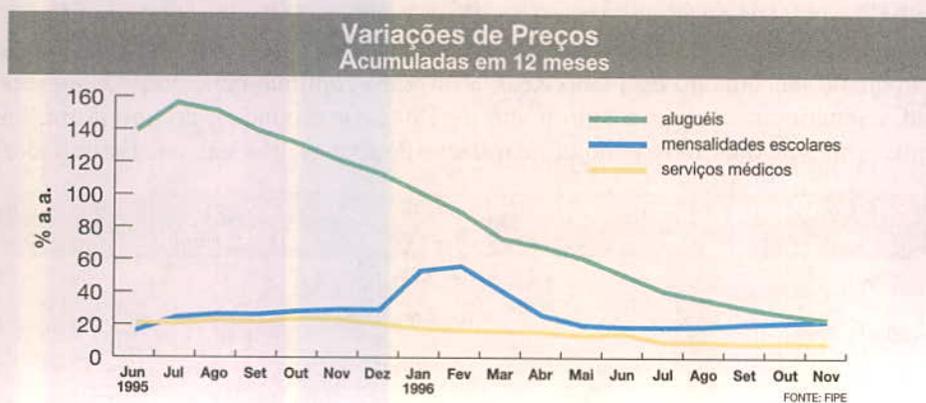


\* Versão editada da apresentação feita pelo Senhor Presidente da República no Palácio do Planalto em 19/12/96

evidenciam a consolidação do Plano Real. Depois de 30 meses, a memória inflacionária começa a esboroar-se. Por trás desse esforço existe uma mudança de mentalidade: a indexação, que foi um mecanismo de reprodução automática da inflação, começa a desaparecer.

Os dados da inflação indicam que a economia brasileira atravessa um período de acomodação de preços relativos e de convergência das variações para um patamar mais baixo. Graças à abertura da economia, foi possível controlar a inflação dos produtos que podiam ser importados, porque havia a referência do preço internacional.

O ano de 96 marcou o controle da inflação também em relação ao grupo de não-comercializáveis no exterior, principalmente serviços e aluguéis. Os preços de aluguéis, serviços médicos e mensalidades escolares não só estão em queda como convergem para um patamar inferior. O gráfico a seguir mostra que os preços dos serviços e dos contratos, que em 1995 sustentavam níveis mais altos de inflação, estão caindo de modo consistente.



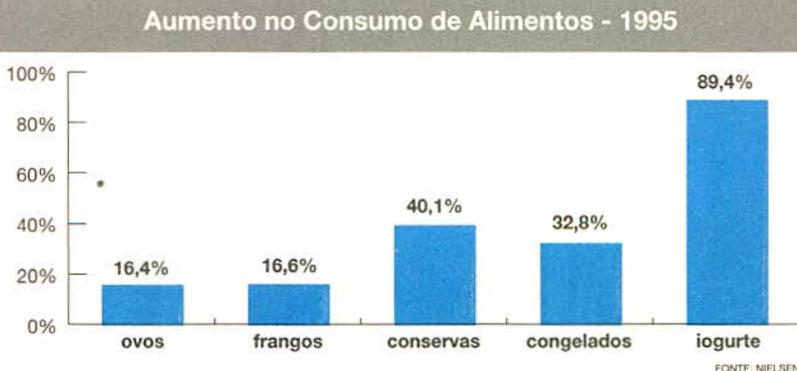
O Plano Real não apenas controlou a inflação, mas promoveu também expressiva distribuição de renda, com benefícios significativos para as camadas mais pobres da sociedade brasileira. O Brasil vive, hoje, uma etapa que se caracteriza pela moeda estável, distribuição de renda e crescimento econômico.

## • Distribuição de Renda

Os maiores beneficiados com a estabilidade da moeda proporcionada pelo Plano Real foram as camadas de menor renda. Um indicador expressivo desse fato foi a variação do custo da cesta básica: zero, no período. A cesta básica tem atualmente o mesmo preço de julho de 1994 (R\$ 106,95). E isso beneficia fundamentalmente a população de renda mais baixa.

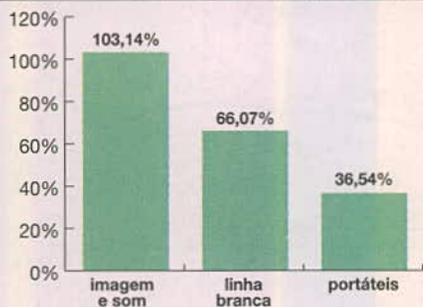


Além da estabilidade do preço da cesta básica, o Plano Real foi responsável pelo aumento do consumo de alimentos, principalmente aqueles de mais elevado conteúdo protéico. O aumento do consumo de frango revela o acesso de camadas mais pobres a uma alimentação mais rica em proteínas. O expressivo aumento de consumo de iogurtes reflete, por sua vez, uma mudança no padrão de consumo. O brasileiro está se alimentando mais e melhor.



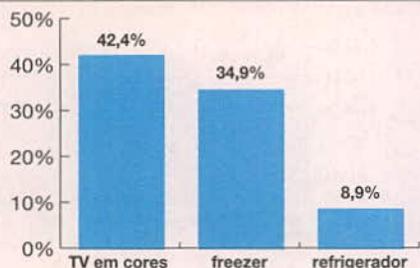
As vendas de bens duráveis também cresceram durante os dois anos de Governo. As vendas de refrigeradores, freezers, televisores, aparelhos de som e portáteis aumentaram significativamente no período. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1995 indicam que, depois do Real, os lares brasileiros estão cada vez mais equipados com eletrodomésticos. Isso demonstra que a melhoria não foi só do consumo de alimentos, da cesta básica, mas também de bens duráveis. Esse fato revela mudança efetiva nas condições de vida da população.

#### Aumento nas Vendas de Eletroeletrônicos (96/94)



FONTE: ELETROS

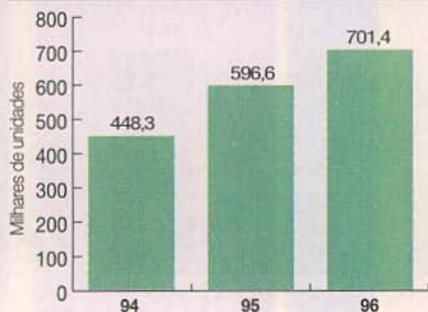
#### Aumento da disponibilidade de aparelhos eletrodomésticos nos domicílios (96/93) estimativa ELETROS



FONTE: IBGE/PNAD/ELETROS

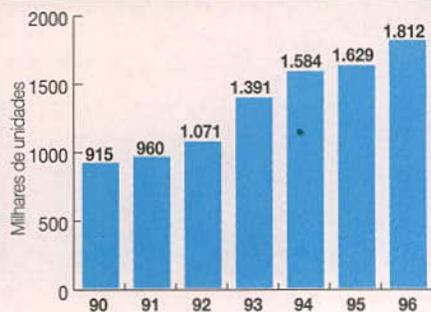
Outro dado que revela uma efetiva distribuição de renda no período é o da venda de automóveis populares: as vendas deste segmento cresceram 33% em 1995 e 57% em 1996. Isto significa que o consumo de carros destinados a camadas de menor renda cresceu mais rapidamente do que a produção total de automóveis.

#### Vendas de Automóveis Populares



FONTE: ANFAVEA

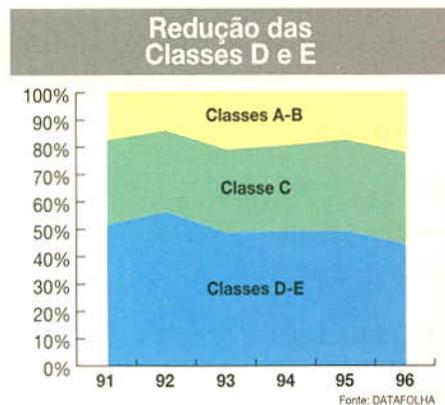
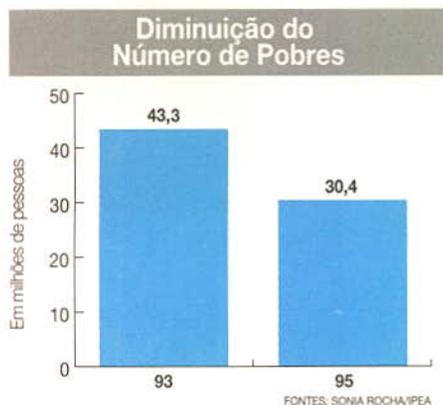
#### Produção de Automóveis (90/96)



FONTE: ANFAVEA

O aumento do consumo provocou um significativo aumento na produção de veículos, a partir de 1994. Graças ao contingente de novos consumidores que estão sendo incorporadas ao mercado, na virada do século, o Brasil poderá tornar-se o quarto mercado consumidor e o quinto maior produtor mundial de veículos.

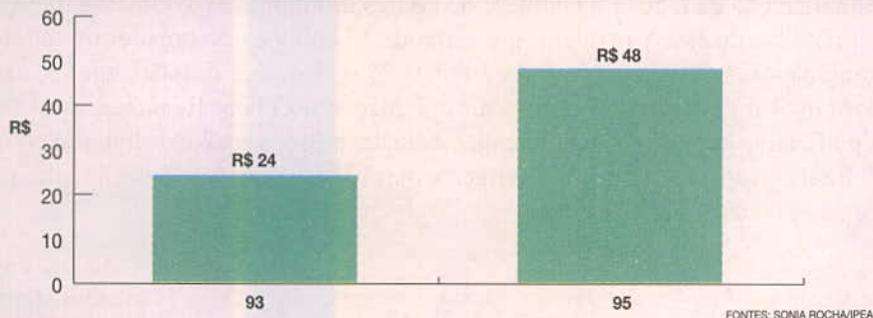
A distribuição de renda foi, portanto, o resultado social mais eloqüente da estabilização da moeda. O número de pobres diminuiu sensivelmente. Pesquisas do IBGE e do IPEA revelam que cerca de 13 milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza no período 1993-1995 (eram 43,3 milhões em 93, caindo para 30,4 milhões em 95). Após a implantação do Plano Real, registrou-se um significativo aumento do rendimento médio das pessoas abaixo da linha de pobreza. O Real não apenas controlou a inflação, mas impediu que a população mais pobre pagasse o custo desse controle.



Outra forma de medir o efeito positivo do Plano Real está no deslocamento das classes sociais no Brasil. As classes mais pobres (classes “D” e “E”) registraram uma diminuição de 17%, enquanto as classes mais ricas (classes “A” e “B”) aumentaram em 21%. Isso mostra que está ocorrendo uma migração de classes no País, ou seja, milhões de brasileiros estão saindo da classe pobre para entrar na classe média. Este é um dado de alta relevância porque modifica uma estrutura social estratificada há muito tempo e que é muito difícil de ser alterada em qualquer sociedade.

O rendimento mensal médio dos 10% mais pobres dobrou entre 1993 e 1995. Isso significa que não somente o número de pobres diminuiu, mas os que permanecem pobres são menos pobres do que antes.

### Aumento do Rendimento Médio Mensal - 10% mais pobres



## 2. CRESCIMENTO

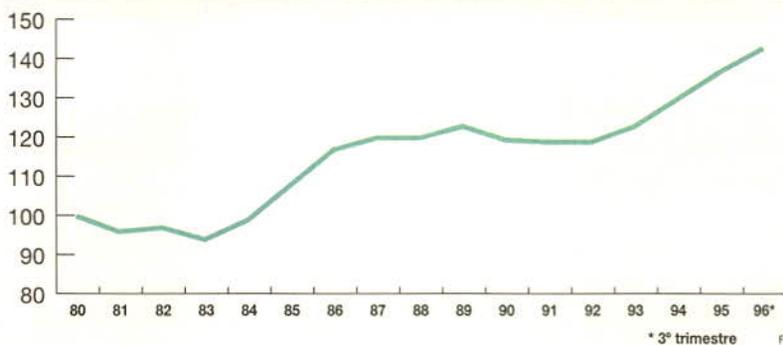
Muitos criticaram o Real, pois acreditavam que, com o controle da moeda, não haveria crescimento da economia. O que aconteceu, no entanto, foi o contrário.

### • Produto Interno Bruto

Em 1995, o PIB brasileiro cresceu 4,2%. Em 1996, estima-se que o crescimento real da economia tenha sido de 3,1%.

Com os índices de crescimento previstos para os próximos anos, o Brasil poderá crescer 30% no período 93-98 e o Produto Interno Bruto (PIB) atingir US\$ 1 trilhão na virada do século. Com isso, se a taxa de crescimento da população se mantiver nos mesmos índices de hoje, a renda per capita do Brasil chegará a US\$ 6 mil por habitante. Essa renda per capita representa um avanço considerável para a sociedade brasileira, mas o objetivo do Governo é que ela cresça ainda mais, atingindo efetivamente índices próximos aos registrados nos países relativamente mais desenvolvidos.

### Varição do PIB 1980 = base 100

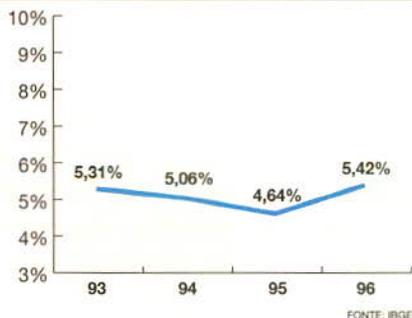


## • Emprego

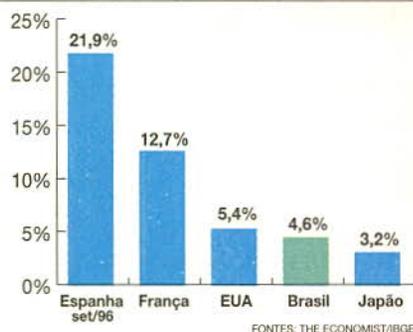
Uma questão atual e amplamente discutida tem sido o desemprego. Depois de um pequeno aumento no início de 1996, a taxa de desemprego retornou ao patamar dos 5%, comparável à dos Estados Unidos (5,4%) e significativamente menor do que a de outros países como Espanha (21,9%), Argentina (17%) e França (12,7%).

A taxa de desemprego do IBGE, indicada abaixo, é a única comparável internacionalmente, porque segue a metodologia aplicada em outros países. A taxa de desemprego chegou efetivamente a crescer entre 1995 e 1996. Depois, estabilizou-se e, hoje, está mais baixa do que em 1993. Em dezembro de 1996, a taxa de desemprego aberto medido nas seis principais regiões metropolitanas passou de 4,56% em novembro para 3,82%. A taxa média de 1996 foi 5,42%.

### Taxa de Desemprego (seis maiores regiões metropolitanas)



### Taxa de Desemprego comparativo (nov/96)



Isso não quer dizer que não exista desemprego. Significa apenas que estamos medindo, em termos médios, o que acontece em termos nacionais. As pesquisas que apontam índices elevados de desemprego referem-se, na maioria dos casos, a situações localizadas ou específicas de uma determinada atividade profissional, provocadas por um processo de reestruturação industrial. As taxas mais elevadas em São Paulo, por exemplo, refletem uma transformação do padrão econômico no País, ou do investimento industrial, ou mesmo até uma transformação geográfica.

O caso da indústria automobilística deve ser analisado à parte. No início do atual Governo, apenas dois Estados possuíam indústrias produtoras de veículos - São Paulo e Minas Gerais. Esses dois Estados têm, hoje, mais fábricas do que tinham há dois anos, tendo aumentado também sua produção. A indústria automobilística expandiu-se, ao mesmo tempo, para o Rio de Janeiro, o Paraná, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e chegará ao Nordeste e a Goiás.

A tendência da indústria automobilística é produzir veículos com nova tecnologia, e as fábricas de autopeças deverão acompanhar este novo padrão. Muitas já se adaptaram, algumas estão em fase de transição, outras fecharam. O Governo, porém, não cruzou os braços diante do fato. O BNDES criou um programa especial de apoio para atender as fábricas de autopeças, da mesma maneira que apoiou a indústria têxtil e a de calçados nesse processo de reestruturação industrial. Além disso, o Ministério do Trabalho vem conduzindo, por meio de diversas entidades, com recursos federais, programas de treinamento e retreinamento de mão-de-obra. Em 1996, o Programa de Qualificação Profissional treinou cerca de um milhão de trabalhadores.

#### **• Medidas Pró-Investimento**

O Governo tem tomado medidas concretas e eficazes para estimular o desenvolvimento. De um lado, mantém o controle firme sobre a inflação. De outro, reduziu as taxas de juros, facilitou o crédito, avançou nas privatizações, lançou um programa de projetos prioritários - o Brasil em Ação - para promover investimentos públicos em portos, ferrovias, hidrovias, estradas, assim como em educação e saúde, para assegurar a infra-estrutura física e humana para o crescimento do País.

O aumento de consumo, a distribuição de renda e a diminuição do desemprego foram possíveis graças a essa política de crescimento, que inclui a redução de impostos, de custos financeiros e de custos de infra-estrutura.

### *Redução de Impostos*

#### *ICMS*

Uma das medidas pró-investimentos mais importantes foi a reforma do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Com o novo ICMS, o produtor, seja ele industrial, agricultor ou comerciante, grande ou pequeno, fica isento do pagamento desse imposto sobre qualquer componente do processo produtivo: matéria-prima, energia elétrica, material de escritório, entre outros. Trata-se da maior redução da carga tributária no Brasil das últimas décadas. Representa uma redução do custo do investimento da ordem de 15% e, em alguns casos, até 30%. Deve levar a um aumento da taxa do investimento para cerca de 20% do PIB e a um crescimento adicional de 1,5% do PIB por ano. A nova lei elimina, ainda, a cobrança do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados, como soja, suco de laranja, minérios e produtos siderúrgicos. Estamos falando de cerca de 1/3 das exportações brasileiras, que hoje pagam impostos que chegam a 13%. Com isto vamos poder exportar mais, gerar mais empregos e melhores salários. Por fim, a reforma do ICMS tem também um impacto positivo do lado das importações. Hoje, o produtor nacional sofre a concorrência desleal de produtos importados que não pagam impostos, enquanto o produto nacional sofre pesada carga tributária. Com a nova lei, o produtor nacional terá melhores condições de competir com os produtos importados e, por conseguinte, de defender o emprego do trabalhador brasileiro.

#### *IRPJ e SIMPLES*

Além da reforma do ICMS, vale notar, como incentivo ao investimento, a redução da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) de 25% para 15%, além da criação do SIMPLES, imposto simplificado para micros e pequenas empresas.

Além de redução de alíquotas, a Lei nº 9.249, de 26.12.95, introduziu as seguintes modificações no IRPJ:

- universalização da base tributável (igualdade do tratamento entre o capital nacional e o estrangeiro e entre o investimento produtivo e o capital de risco);
- ampliação do regime de tributação simplificada
- simplificação da apuração do imposto.

Com o SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão simplificar suas obrigações para com o fisco. Estão incluídos na estrutura básica do SIMPLES os seguintes tributos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e as Contribuições para a Seguridade Social. O novo imposto é pago pelo faturamento mensal, com alíquota mínima de 5% e máxima de 10% sobre a receita bruta. Além de facilitar a vida das pequenas empresas, o SIMPLES promove uma redução da carga tributária, permitindo que essas empresas tenham mais recursos para investir e criar novos empregos.

#### • *Redução dos Custos Financeiros*

A taxa de juros efetiva SELIC, ou seja, a taxa de juros primária que o Banco Central paga sobre os títulos do Governo, quando os coloca no mercado, caiu de 4,2% ao mês em maio de 1995 para 1,8% ao mês em dezembro de 1996. Embora ainda esteja alta, 11% ao ano, a taxa de juros de longo prazo (TJLP), a taxa de juros que financia o investimento, situava-se, em janeiro de 1995, em torno de 26% ao ano. E a tendência é que prossiga sua trajetória declinante.

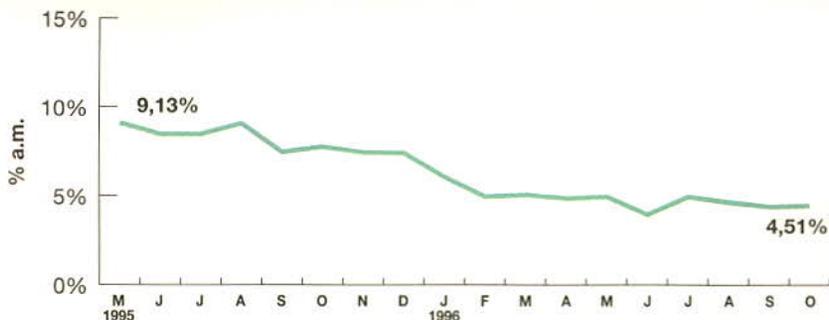


FORNTE: BACEN

Taxa de Juros  
TJLP

FONTE: BACEN

Além da queda de juros, vale destacar a melhoria no tocante ao crédito. Ao longo de 1996, em resposta à flexibilização da política monetária e creditícia, o custo do crédito reduziu-se sensivelmente. Um empréstimo de capital de giro que custava, em meados de 1995, em torno de 9,0% ao mês alcançou, no final de 1996, o patamar de 4,5% ao mês.

Capital de Giro  
(taxas efetivas % a.m.)

FONTE: MPO

### • Redução dos Custos de Infra-estrutura

Além dos mecanismos fiscais e financeiros para a sustentação da política de crescimento, o Governo realizou um grande esforço para a redução dos custos de infra-estrutura. Nesses dois anos, operou-se importante transferência para a iniciativa privada de atividades que, hoje, não se justificam mais estar no âmbito

do Estado. Juntamente com a intensificação do programa de desestatização, o Governo lançou um conjunto de projetos de investimento para o desenvolvimento: o Brasil em Ação.

#### *a) privatizações*

Em 1995, o Governo criou o Conselho Nacional de Desestatização, órgão diretamente vinculado à Presidência da República, para agilizar o processo de desestatização. Nesse ano foram vendidas 8 empresas, com resultado global de US\$ 1,63 bilhão, sendo US\$ 1,00 bilhão de receita de venda e US\$ 0,63 bilhão de dívidas transferidas.

O ano de 1996 representou um ponto de inflexão no programa de privatizações, por um conjunto de fatores.

Em primeiro lugar, concluiu-se a privatização do setor petroquímico, com o leilão de cinco empresas (Deten, EDN, Polibrasil, Prolipropileno e Koppol). Encerrou-se assim a primeira fase do programa, iniciada em 1991, na qual foram transferidas ao setor privado um total de quarenta e cinco empresas, principalmente dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes.

Em segundo lugar, definiram-se o modelo e o cronograma de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, cujo controle deverá ir a leilão em 1997, encerrando as privatizações no setor industrial em geral.

Em terceiro lugar, aceleraram-se as transferências de serviços públicos para o setor privado, mediante concessão ou arrendamento, tanto em nível federal, quanto estadual.

No setor elétrico, houve a privatização da Light (maio de 1996), resultando em receita de US\$ 2,35 bilhões, a maior realizada até aqui no programa. Nos Estados onde se concentram as distribuidoras de energia houve a privatização da CERJ, em novembro, vendida com ágio de 30,27%, produzindo receita de US\$ 587,4 milhões. Além disso, há várias empresas estaduais de distribuição de energia em processo de privatização. É o caso da COELBA, na Bahia, CEMIG, em Minas Gerais, COPEL, no Paraná, CEMAT, no Mato Grosso, e ENERSUL, no Mato Grosso do Sul. Essas empresas, a exemplo do ocorrido com a CERJ, contam, para sua privatização, com apoio técnico e financeiro do BNDES.

Dentre as privatizações estaduais, deve-se incluir ainda a venda de 35% das ações com direito a voto da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, com receita de US\$ 655,5 milhões.

No setor de transportes, a privatização avançou de modo notável nas ferrovias. Das seis malhas da RFFSA, cinco foram arrendadas, resultando em receitas de US\$ 1,5 bilhão. São as cinco malhas mais importantes, responsáveis por nada menos de 97% da carga transportada na RFFSA e cerca de 30% do total da carga transportada por ferrovias no país (esse percentual sobe a 50%, se excetuar-se a ferrovia de Carajás, operada pela Companhia Vale do Rio Doce).

Ainda com relação ao setor de transportes, na área estadual, em dezembro de 1996, foi transferida para o setor privado a subconcessão de transporte ferroviário de carga da FERROESTE, pelo valor de US\$ 24,9 milhões, elevando o total das privatizações estaduais para US\$ 1,27 bilhão.

Cabe notar que, nas privatizações ocorridas no setor elétrico e ferrovias, o capital estrangeiro teve papel de destaque. A presença pronunciada do capital externo nessas primeiras privatizações do setor de infra-estrutura indica uma tendência clara para 1997 e marca contraste com a primeira fase do programa (até 1995), quando a participação do capital nacional atingiu 95%.

Também ocorreram privatizações de rodovias, com a transferência de 860 km de rodovias federais para o setor privado, incluídas rodovias importantes, como a Via Dutra (ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo) e a rodovia Rio de Janeiro-Juiz de Fora.

É de destacar, também, a inclusão de 31 portos no Programa Nacional de Desestatização. A privatização de sete desses 31 portos já está encaminhada. Numa primeira etapa, Cabedelo, na Paraíba, Itajaí e Laguna, em Santa Catarina, e Porto Velho, em Rondônia. Numa segunda etapa, os portos de Recife, Maceió e Manaus. Em paralelo, avança o programa de arrendamento de terminais privados em portos.

A receita do Programa Nacional de Desestatização em 1996 foi de US\$ 4,08 bilhões. Adicionando-se o valor de US\$ 1,27 bilhão obtido com as privatizações estaduais, tem-se um resultado de US\$ 5,35 bilhões, ou seja, mais do que o dobro da arrecadação do PND em 1993 (US\$ 2,63 bilhões), a maior até então.

O Programa chega ao final de seu quinto ano com US\$ 14,96 bilhões de receita e US\$ 4,56 bilhões de dívidas transferidas, com resultado global de US\$ 19,52 bilhões. Esses valores não incluem eventuais dívidas transferidas nas privatizações da CERJ, CRT e FERROESTE.

### PRIVATIZAÇÕES - 1991/1996

ANO	nº de empresas	receita de venda	dívidas transferidas	TOTAL US\$ milhões
1991	4	1.614	374	1.998
1992	14	2.401	982	3.383
1993	6	2.627	1.561	4.188
1994	9	1.966	349	2.315
1995	8	1.003	625	1.628
1996	14	5.348	670	6.018
<b>TOTAL*</b>	<b>55</b>	<b>14.959</b>	<b>4.561</b>	<b>19.520</b>

\* não inclui eventuais dívidas transferidas nas privatizações da CERJ, CRT e FERROESTE

FONTE: BNDES

### BALANÇO DA PRIVATIZAÇÃO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

#### Empresas Privatizadas

1. ESCELSA	8. CBP	15. DETEN
2. COPENE	9. POLIPROLENO	16. POLIBRASIL
3. CPC	10. KOPPOL	17. EDN
4. SALGEMA	11. RFFSA (MALHA OESTE)	18. RFFSA (TEREZA CRISTINA)
5. CQR	12. RFFSA (CENTRO-LESTE)	19. RFFSA (MALHA SUL)
6. NITROCARBONO	13. RFFSA (MALHA SUDESTE)	20. FERROESTE
7. PRONOR	14. LIGHT	21. CERJ
<b>Receita de Venda:</b> US\$ 6,35 bilhões		22. CRT

#### b) Brasil em Ação

O Brasil em Ação consiste em 42 projetos e programas prioritários para o desenvolvimento, com valor global de R\$ 79 bilhões, destinados a assegurar a infra-estrutura física e humana necessária à retomada dos investimentos. Estes projetos são apenas uma parte da ação do Governo. Foram selecionados com base na sua contribuição para alavancar o investimento produtivo e, por conseguinte, o crescimento. Os objetivos são:

- reduzir custos de produção e comercialização e viabilizar uma multiplicidade de outros investimentos que irão sustentar a dinâmica do crescimento econômico nas próximas décadas;

- aumentar a eficácia da ação governamental: concentrar esforços em metas selecionadas, claramente definidas, evitando a dispersão de recursos;
- introduzir novo modelo de gestão (gerenciamento focalizado);
- explorar ao máximo a parceria com o setor privado; e
- reforçar o ambiente propício aos investimentos privados e públicos.

## BRASIL EM AÇÃO

	Projetos	Recursos - R\$ milhões	Participação %
Agricultura	1	3.072,0	3,87
Comunicações	2	33.087,8	41,87
Educação	3	1.417,2	1,79
Emprego	4	7.718,9	9,77
Energia	6	4.608,8	5,83
Habitação	3	5.176,6	6,55
Meio Ambiente	2	2.767,2	3,50
Reforma Agrária	1	7.215,0	9,13
Saúde	4	5.047,5	6,39
Transportes	15	8.135,5	10,28
Turismo	1	800,0	1,01
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>79.034,5</b>	<b>100</b>

FONTE: MPO

Os principais números do programa para o biênio 1997-1998 são:

Distribuições dos recursos por fonte (1997-1998)	R\$ milhões
investimentos do Governo Federal	10.287,3
financiamentos externos	3.701,3
investimentos privados	12.766,7
investimentos dos governos estaduais e municipais	2.970,0
investimentos das empresas estatais, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	24.634,4
<b>TOTAL</b>	<b>54.359,7</b>

FONTE: MPO

Valor Total dos Projetos (1997-1998)	R\$ milhões	Valor Total dos Projetos (1997-1998)	R\$ milhões
Agricultura	10.324,9	Saneamento	2.664,7
Comunicações	16.618,0	Saúde	2.382,8
Educação	1.783,0	Transportes	4.640,8
Emprego	7.138,9	Turismo	201,0
Energia	3.429,0	<b>TOTAL</b>	<b>54.359,7</b>
Habitação	5.176,6		

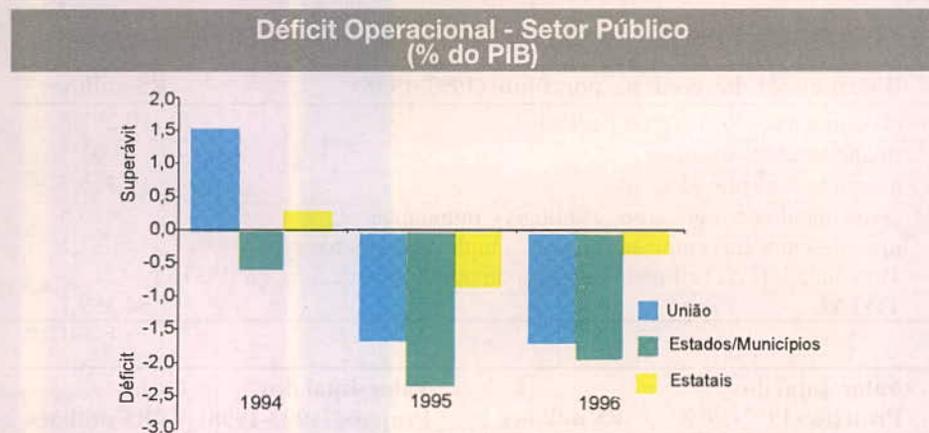
FONTE: MPO

Exemplos da redução dos custos de infra-estrutura com o Brasil em Ação podem ser encontrados na área de transportes. Este é o caso do corredor Noroeste (hidrovia do Madeira e BR-364), que permitirá a redução dos custos de transporte de uma tonelada de soja de US\$ 102 (via porto de Santos) para US\$ 66. No corredor Centro-Norte (hidrovia Araguaia-Tocantins, ferrovia Norte-Sul e portos de Ponta da Madeira e Itaquí), essa redução será de US\$ 87 para US\$ 38, e no corredor Leste (ferrovia Unai-Pirapora, ferrovia Minas-Vitória e porto de Tubarão) a redução dos custos de transporte será de US\$ 62 para US\$ 38.

### 3. QUADRO FISCAL

O quadro fiscal continua a ser o principal desafio para o Real e o crescimento sustentado.

Em 1996, o déficit operacional acumulado do setor público foi da ordem de 3,89% do PIB. Os Estados e Municípios foram os principais responsáveis com uma participação de 1,89% do PIB; o Governo Central contribuiu com 1,67% do PIB e as Empresas Estatais com 0,33% do PIB.



Os resultados de 1996 são devidos a um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, o déficit operacional, que inclui os juros reais sobre o estoque da dívida pública, não deverá apresentar melhora substancial relativamente a 1995 porque a taxa de juros real permanece ainda elevada devido à queda significativa da inflação. Ou seja, a despeito da manutenção da política monetária

de queda gradual dos juros nominais ao longo de 1996, a taxa de juros real permaneceu ainda em patamar elevado devido à redução mais que proporcional dos níveis inflacionários.

Em segundo lugar, o resultado primário acumulado até novembro (0,00% do PIB) foi inferior ao obtido em 1995. Este resultado é devido, principalmente, ao aumento das despesas de pessoal em decorrência dos aumentos salariais concedidos em 1995 que atingiram inclusive as folhas dos Estados e Municípios com impacto no presente ano, ao aumento de benefícios previdenciários e ao fraco comportamento das receitas tributárias da União. O comportamento das receitas se deve, em parte, ao menor desempenho da atividade econômica em 1996 (crescimento do PIB em torno de 3%), inferior àquele verificado em 1995. Embora o Governo tenha implementado, em 1995 e 1996, medidas para melhorar a arrecadação tributária, tais medidas não proporcionaram o impacto imediato desejado.

Para resolver a questão do déficit público, o Governo vem adotando uma série de medidas, enquanto trabalha junto com o Congresso para aprovar as reformas previdenciária e administrativa. A aprovação dessas duas reformas é fundamental para uma solução duradoura para a questão do déficit público.

Com vistas a aprimorar o resultado primário e operacional das contas do setor público para 1997, o Governo vem implementando as seguintes medidas:

- a) contenção dos gastos com a folha do funcionalismo público via redução do quadro de servidores públicos, através do Programa de Demissão Voluntária, e aperfeiçoamento do controle de pagamentos da folha;
- b) agilização do processo de Privatização e conseqüente redução da dívida e do déficit públicos, com a perspectiva de transferência ao setor privado de áreas significativa da atividade econômica, a exemplo das telecomunicações, setor elétrico, complexo Vale do Rio Doce, Rede Ferroviária Federal e sistema portuário;
- c) aperfeiçoamento da legislação tributária, no que se refere ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido;
- d) incentivo aos Estados para que realizem programas de ajuste fiscal, inclusive com equacionamento de suas dívidas mobiliária e contratual;
- e) aprimoramento da peça orçamentária de 1997, com previsões mais realistas tanto da receita quanto da despesa, incluindo uma previsão de superávit primário do governo central da ordem de 0,8% do PIB superior ao previsto em 1996;

f) aprovação do Programa de Dispêndios Globais das empresas federais para 1997, objetivando a obtenção de uma melhoria de 0,25% do PIB no resultado primário dessas empresas;

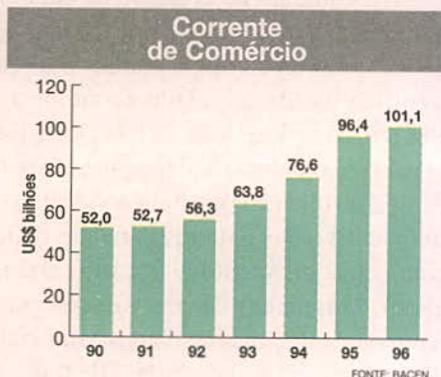
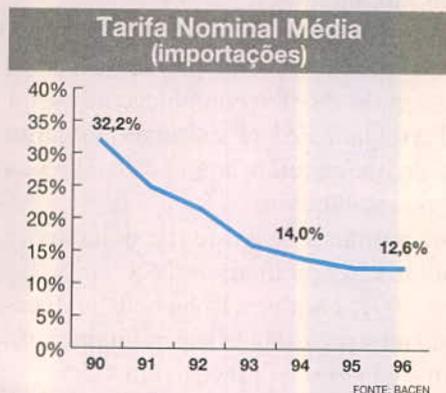
g) implementação do Brasil em Ação com vistas a melhorar a alocação dos recursos orçamentários de 1997 destinados a atender programas que permitam o aumento dos investimentos públicos;

h) na área da previdência social, aumento das receitas previdenciárias, por meio da ampliação da base de incidência das contribuições e alterações nas alíquotas incidentes sobre comercialização do produto rural; bem como contenção dos gastos com benefícios mediante o aperfeiçoamento da legislação sobre a concessão de benefícios previdenciários.

A implementação dessas medidas de contenção de despesas, o aumento da eficiência do setor público, o incremento das receitas nos três níveis de governo deverão ensejar um comportamento fiscal do setor público nitidamente superior. Essas medidas, acopladas aos benefícios do processo de privatização em curso, que deverão reduzir o endividamento público total, contribuirão para que o desempenho do Estado e seu papel na economia sejam mais condizentes com a economia moderna e dinâmica que toda a sociedade almeja.

#### 4. SETOR EXTERNO

O processo de abertura proporcionou o acesso a matérias-primas, produtos intermediários e, sobretudo, a máquinas e equipamentos importados a preços menores, aumentando a competitividade de todos os setores da economia.



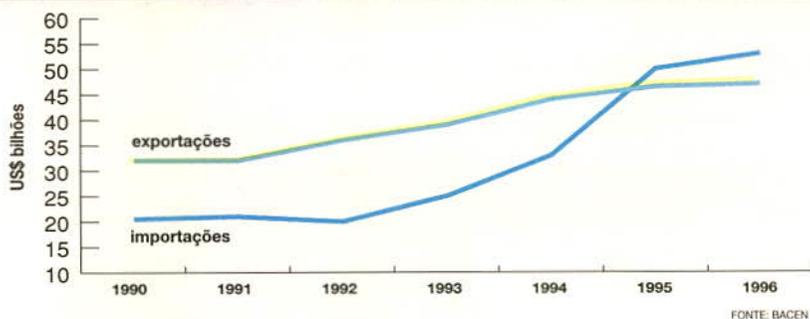
Em cinco anos, a corrente de comércio praticamente dobrou, passando de US\$ 52,1 bilhões em 90 para US\$ 101,1 bilhões em 96. Aumentaram tanto as exportações quanto as importações.

### • Balança Comercial

Em 95 e 96, a despeito do aumento das exportações (6,8% em 95 e 2,7% em 96), a Balança Comercial passou a apresentar um déficit em razão do aumento maior das importações (50,7% em 95 e 6,9% em 96). Em 1996, o déficit foi de US\$ 5,5 bilhões, o que representa menos de 1% do atual PIB brasileiro.

Vale perguntar o que estamos importando. Basicamente, o aumento das importações deve-se ao crescimento verificado no item bens de capital. São máquinas e equipamentos. Isso significa uma mudança do tipo de vinculação da economia brasileira à economia internacional. Na verdade, estamos nos preparando para aumentar a produtividade e a produção e, em seguida, aumentar as exportações.

Balança Comercial



Várias medidas estão sendo adotadas pelo Governo para incentivar as exportações e, conseqüentemente, eliminar o déficit da balança comercial. O Brasil busca o equilíbrio de suas contas nas suas relações comerciais com o exterior.

## MEDIDAS PRÓ-EXPORTAÇÕES

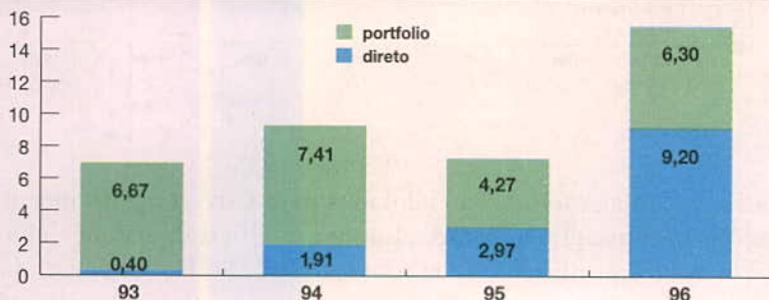
- seguro de crédito à exportação
- ampliação do PROEX
- desoneração do ICMS
- redução do Custo Brasil

### • Investimentos Estrangeiros

A estabilização da moeda, o crescimento da economia e a ampliação do mercado decorrente da consolidação do Mercosul, verificados em 1995, revelaram-se importantes fatores de atração de investimentos estrangeiros diretos, colocando o Brasil (e o Mercosul) entre os principais destinatários desses investimentos. A média anual de captação no período 90-94 situou-se em torno de US\$ 1 bilhão, subindo para US\$ 2,9 bilhões em 95, e atingiu US\$ 9,2 bilhões em 96.

Um dado muito significativo para a economia foi a mudança do perfil do investimento estrangeiro. Em 93 e 94, quase todo o ingresso de recursos se destinava ao mercado de ações. A partir de 95, esse perfil alterou-se, com a maior parte do investimento destinando-se à produção. Em 96, os investimentos estrangeiros voltados para a produção ficaram em US\$ 9,2 bilhões. Esse é um sinal da confiança dos investidores internacionais na economia brasileira.

Investimentos Estrangeiros  
US\$ bilhões



FONTE: BACEN

## • Reservas Internacionais

Como resultado do bom desempenho da economia, as reservas brasileiras vêm crescendo continuamente desde 1993, atingindo US\$ 60,1 bilhões em 1996. Essas reservas dão uma grande liquidez internacional ao País e permitem que a economia brasileira esteja preparada para fazer frente a eventuais problemas originários do exterior.



FONTE: BACEN

## PARTE II - ÁREA SOCIAL

Os êxitos na área econômica foram alcançados sem esquecer as políticas sociais. Mostramos, aqui, dados sobre as conseqüências da estabilização sobre o bem-estar da população. Esses resultados, contudo, não exigem o Estado de se reorganizar e de promover políticas sociais específicas.

Na área social, o Governo tem tido uma trajetória de realizações: reduziu-se significativamente a mortalidade infantil; elaborou-se o Programa Nacional de Direitos Humanos, pioneiro na América Latina; assentaram-se 100 mil famílias e desapropriaram-se três milhões de hectares de terra em apenas dois anos. A Previdência Social aumentou o valor médio dos benefícios concedidos e a quantidade deles. O Programa de Renda Mínima, implantado neste Governo, está bastante ativo. Os direitos da criança e do adolescente estão garantidos em legislação de iniciativa parlamentar. Há uma forte e intensa repressão ao trabalho escravo e infantil. A demarcação de terras indígenas está quase concluída. O Governo retomou também a questão dos negros e a questão das mulheres. Tudo isso realizado em um ambiente de plena democracia e de total liberdade.

### • Previdência Social

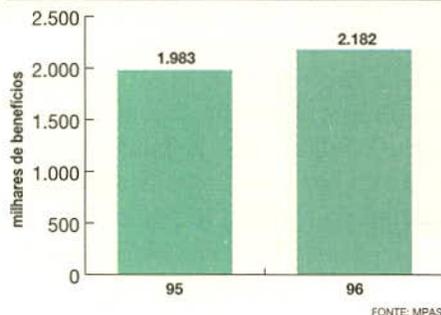
Na área da Previdência Social, os benefícios cresceram muito mais depressa do que a inflação. O aumento real do valor médio do benefício foi de 39% entre 94 e 96. Os 39% de aumento com moeda estável significam muito mais do que o mesmo aumento aplicado por deflação com moeda não-estável. Mesmo oferecendo-se um aumento com a moeda deflacionada, no momento em que o

beneficiário receber o dinheiro, a inflação terá reduzido o seu poder de compra. Com a moeda estável, isto não acontece: o aumento representa efetivamente um maior poder de compra para o beneficiário.

### Previdência Social



### Total de Benefícios Concedidos 1996/1996



Em 1995, o total de benefícios concedidos atingiu 1.983.000 e, em 1996, 2.182.000. Descontados os casos de anulações, cessação de benefícios por morte ou outras causas, a concessão líquida de benefícios em 1996 girou em torno de 800 mil novos beneficiários. Isto mostra que a carga da Previdência Social é muito grande, uma vez que vêm aumentando não só o valor médio do benefício como a quantidade deles. Apesar de todos os esforços do Governo para evitar o déficit, a reforma da Previdência torna-se cada vez mais urgente. Sem esta reforma, o País poderá ter dificuldades sérias, a médio prazo, para assegurar a prestação dos benefícios.

Outro ponto importante da Previdência Social é o Programa de Renda Mínima, aprovado pelo Congresso Nacional e implantado neste Governo. O programa está atendendo 280 mil deficientes, 40 mil idosos, 340 mil crianças e adolescentes. Além disso, já iniciou o novo programa da bolsa “Criança Cidadã”, com objetivo de acabar com o trabalho infantil nas carvoarias no Mato Grosso do Sul (560 bolsas) e que deverá estender-se às crianças que trabalham nos canaviais de Pernambuco e na cultura do sisal na Bahia.

O programa tem por objetivo dar renda a quem não a tem e que nunca contribuiu para o sistema previdenciário. O Governo reafirma a sua obrigação de

manter essas pessoas, porque elas são cidadãos. O sistema previdenciário cumpre, assim, uma função redistributiva, ou seja, tira de quem tem para oferecer àqueles que têm pouco ou não têm nada.

#### • Saúde

Na área da saúde, registrou-se um grande avanço na descentralização dos serviços. O número de municípios beneficiados pelo SUS - Serviço Único de Saúde chegou a 3.078 em 96, o que representa 61,85% do total de municípios brasileiros já atendidos pelo sistema. Os conselhos de saúde também cresceram significativamente, chegando a 3.031 no decorrer de 1996. A implantação do SUS requer o controle da sociedade: é um processo em que são necessárias a criação de conselhos de saúde e a indicação de representantes para esses conselhos. Essas iniciativas estão sendo firmemente apoiadas.

#### DESCENTRALIZAÇÃO

Gestões	Municípios Beneficiados	
	dez/1994	1996
semiplena	24	167
parcial	537	618
incipiente	1.832	2.323
<b>Total</b>	<b>2.433</b>	<b>3.078</b>
<b>% dos municípios brasileiros</b>		<b>61,85%</b>

Conselhos de Saúde	1994	set/1996
Municipais	33	3.031
Estaduais	19	27

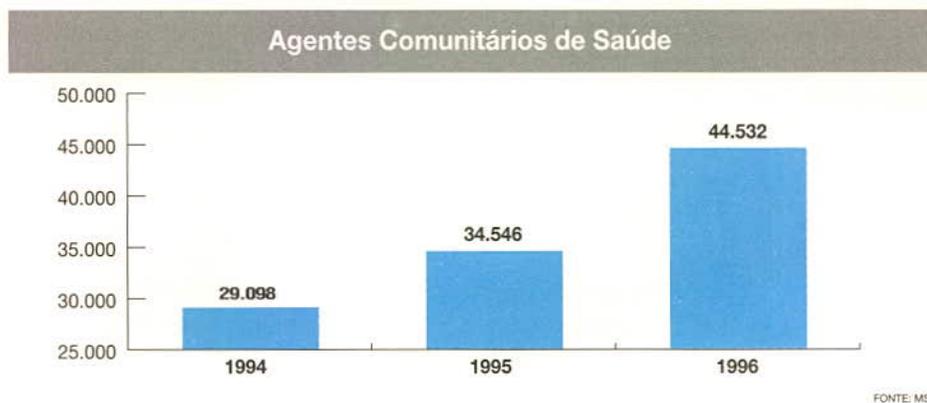
Um programa fundamental para as zonas mais pobres do País é o de Agentes Comunitários de Saúde. Este programa treina pessoas, recrutadas pelas prefeituras locais, para dar assistência em questões elementares, de asseio, de alimentação e pequenos cuidados médicos. O número desses agentes comunitários vem crescendo significativamente, tendo superado os 44 mil no decorrer de 96. Esse trabalho está tendo um efeito positivo imenso sobre a saúde da população.

Outro programa importante, que beneficia também a população mais pobre, é a de Equipes de Saúde da Família. Os beneficiados por esse programa mais que

triplicaram, passando de 1,3 milhão em dezembro de 1994 para 3,3 milhões, distribuídos em 228 municípios, em dezembro de 1996.

Na área da saúde, o esforço do Governo é não só oferecer uma medicina curativa de Primeiro Mundo como também cuidar da população mais necessitada. E essa assistência depende da ênfase dada ao combate às endemias, às campanhas epidemiológicas, ao atendimento às famílias, ao agente comunitário e à nutrição.

O Governo quer que 1997 seja o ano da saúde e vai mobilizar-se para isso.



### EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA

FONTE: MS

Ano	Equipes	Municípios	Beneficiados
dez/94	321	65	1,3 milhão
dez/95	724	179	2,3 milhões
dez/96	847	228	3,3 milhões

A mortalidade infantil foi significativamente reduzida no últimos dois anos. Em oito dos Estados mais pobres do País, a diminuição da mortalidade variou de 8,1% a 45,5%. É uma forte redução. Esses dados estão sendo acompanhados pela Igreja e por entidades internacionais. Como conseqüência da melhoria da nutrição e das condições de saúde da população mais pobre, a taxa de mortalidade infantil poderá reduzir-se ainda mais nos próximos anos.

**MORTALIDADE INFANTIL**  
Estados da Região Nordeste com PACS

Estados	1994 <sup>(1)</sup>	1995 <sup>(1)</sup>	Redução %
Alagoas	*	104,2	
Bahia	110,9	63,4	42,8
Ceará	80	49,7	37,9
Maranhão	71,2	55,8	21,6
Paraíba	90,5	49,3	45,5
Pernambuco	101,4	62,2	38,7
Piauí	67,3	52,8	21,6
Rio Grande do Norte	*	62	
Sergipe	93,6	86	8,1

FONTE: MS

(1) Taxa de Mortalidade Infantil/1.000 nascidos vivos

\* Estados sem informação no ano de 94

### • Educação

O ano de 1996 foi o ano da Educação. Com o apoio do Congresso, o Governo aprovou uma mudança constitucional de impacto fundamental - o Programa de Valorização do Magistério, que alterou a distribuição de recursos entre Estados e municípios para a área da educação.

E depois de oito anos de tramitação no Congresso, foi aprovada, com a cooperação de muitos setores, a Lei de Diretrizes e Bases, cujo relator foi o Senador Darcy Ribeiro. Este foi um trabalho de grande valia oferecido pelo Congresso ao Governo.

Os programas de distribuição de livros didáticos e o da merenda escolar beneficiaram mais de 30 milhões de alunos, cada um.

Outra ação importante foi a realização do "provão". O Governo entende que, em matéria de educação, a exigência de qualidade é fundamental para o professor e para o aluno. Por isto, é necessário desenvolver novos métodos de avaliação, como a prova ao fim do curso, para avaliar a qualidade do ensino universitário. O "provão" representa uma mudança na qualidade da educação.

## DADOS BÁSICOS SOBRE A EDUCAÇÃO

**Fundo de Valorização do Magistério**

- Investimento Aluno/Ano = R\$ 300,00

**Livro Didático**

- 32 milhões de alunos
- 87.200 mil livros
- 220 mil escolas

**Merenda Escolar**

- aumento do número de municípios abrangidos pelo Programa de 3.912 para 4.208.
- fornecimento de merenda escolar a 33 milhões de alunos da rede estadual, municipal e filantrópica de Ensino Fundamental, durante 180 dias letivos.

**TV Escola**

- 51.820 escolas credenciadas
- 38.846 kits adquiridos
- 1,5 milhão de professores
- 24 milhões de alunos

**Avaliação do Ensino**

- nº de alunos do SAEB/95: 90.499 (Fonte: Relatório SAEB)
- Exame Nacional de Cursos - ENC

<b>Cursos</b>	<b>nº de cursos</b>	<b>inscritos</b>
Administração	348	27.522
Direito	178	27.038
Engenharia Civil	101	4.569
<b>Total</b>	<b>627</b>	<b>59.129</b>

Obs.: Compareceram 55.526 alunos

## • Emprego

Na questão relativa a emprego e qualificação profissional, o Governo empenhou-se na busca de soluções. Foram aplicados nos programas PROEMPREGO (Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador) e PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), do Ministério do Trabalho, R\$ 1,7 bilhão e cerca de R\$ 1,6 bilhão, respectivamente. O PROEMPREGO visa à geração de empregos diretos e indiretos nos setores de saneamento ambiental, infra-estrutura turística, transporte coletivo urbano e revitalização de subsetores industriais. A meta do PROEMPREGO é a geração e manutenção de 2,7 milhões de postos de trabalho nos próximos anos. Com o PROGER, foram beneficiadas 292 mil pessoas em 1996. Além disso, foram utilizados mais de R\$ 260 milhões em ensino e qualificação profissional em benefício de 1.014 mil trabalhadores. São números significativos, mas o Governo prevê que eles serão ainda maiores no ano de 97.

### EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 1996

Programa	Recursos em R\$ milhões	Emprego/Treinamento
PROEMPREGO	1.700,0	
PROGER	1.589,3	292 mil
Qualificação Profissional	265,8	1.014 mil

## • Reforma Agrária

A reforma agrária avançou muito nesses dois anos. Foram desapropriados três milhões de hectares, o que representa, em média anual, quase o dobro das médias anuais dos governos anteriores. Os assentamentos beneficiaram 100 mil famílias. A média histórica de assentamentos no Brasil é de 12 mil famílias por ano. No atual Governo, foram assentadas, em média, 50 mil famílias por ano, o que corresponde a quatro vezes a média histórica. E a meta é chegar a 280 mil famílias assentadas até o final do Governo.

A colaboração do Congresso foi decisiva nos esforços do Governo para a solução dos problemas de terra. O Congresso aprovou três leis modernizadoras nessa matéria:

- a que faz com que os promotores acompanhem o processo de desapropriação;
- a do rito sumário, que agiliza os procedimentos judiciais de desapropriação de imóvel rural, aprovada por unanimidade; a partir dessa lei, o Juiz Federal despachará petição inicial no prazo máximo de 48 horas, imitando o autor na posse do imóvel, determinando a citação do expropriado para contestar o pedido;
- a do Imposto Territorial Rural (ITR); o novo ITR estabelece a tributação progressiva da terra improdutiva, que pode chegar a 20% sobre o valor da propriedade, por ano. Com isto, após alguns anos, o montante pago em impostos poderá ser superior ao valor da terra, ou seja, quem não produz será induzido a vender a sua propriedade. Mais importante ainda é o fato de o imposto incidir sobre o valor declarado por seu proprietário, que servirá de base para eventual desapropriação da terra. O novo ITR, sem qualquer traumatismo ou desrespeito à lei, promove verdadeira revolução no campo. Significará, na prática, tirar de quem tem e não produz para dar a quem deseja produzir e não tem terra.

O trabalho do Congresso na questão da reforma agrária é um marco na história do Brasil contemporâneo.

### • Comunidade Solidária

O Programa Comunidade Solidária expandiu fortemente sua atuação no ano de 96. Os municípios atendidos pelo Programa mais que triplicaram, passando de 302 em 95 para 1.111 em 96. Outro dado importante foi a distribuição de 7,5 milhões de cestas básicas em 1.094 municípios, comunidades indígenas e acampamentos de sem-terra. No programa de atendimento infantil, foram beneficiadas com alimentação cerca de 1,2 milhão de crianças, em 802 municípios.

## COMUNIDADE SOLIDÁRIA DADOS BÁSICOS DE 1996

### *Municípios Atendidos*

- 1995 = 302
- 1996 = 1.111

### *Saneamento e Habitação*

- água potável para 263 mil famílias
- esgotamento sanitário para 228 mil famílias

### *Alimentação*

- 7,5 milhões de cestas em 1.094 municípios, comunidades indígenas e acampamentos de sem-terra

### *Desnutrição Infantil*

- 1,2 milhão de beneficiados
- 802 municípios atendidos

### **• Cultura**

A cultura tem-se afirmado como fator indispensável na definição de um novo modelo de cidadania.

Neste governo, pela primeira vez, todos os Estados receberam investimentos culturais com recursos da União.

Em 1996, a demanda pelos recursos do Fundo Nacional de Cultura, que concede, a fundo perdido, 80% dos valores de projetos de entidades sem fins lucrativos, foi duplicada, com ênfase na preservação do patrimônio cultural. No que diz respeito ao patrimônio histórico, foi dada uma orientação às empresas estatais para que elas destinem parte de sua verba de publicidade a projetos de recuperação de monumentos e ao apoio à atividade artística e cultural do País. E elas estão fazendo isso, com grande benefício para as atividades culturais.

Quatro modificações legislativas recentes tiveram repercussão no meio cultural:

- regulamentação da conversão da dívida externa para a aplicação em projetos audiovisuais brasileiros de produtoras independentes;
- aumento do percentual de abatimento do imposto de renda das pessoas jurídicas de 1% para 3% nos casos de investimentos nesses projetos audiovisuais;

- aumento da captação de recursos para o Fundo Nacional de Cultura referentes às loterias e sorteios sob a forma de prognósticos; e
- instalação da Comissão de Cinema.

### • Meio Ambiente

O Governo tem uma preocupação permanente com a questão do meio ambiente. O Brasil vai realizar em 97, no Rio de Janeiro, uma conferência sobre o tema, chamada Rio mais 5, cinco anos depois da Conferência de 1992. O meio ambiente incorporou-se à temática de todos os níveis do Governo e nos mais diferentes segmentos da sociedade.

Dentre as realizações mais recentes nessa área, vale destacar as atividades de desenvolvimento sustentável, no valor de R\$ 100 milhões, realizadas no âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente. Por sua vez, o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com recursos de R\$ 8 milhões, financiou, em 1996, 102 projetos, sendo cerca de 80% em benefício de organizações não-governamentais e pequenos municípios (menos de 120 mil habitantes).

Com respeito à Amazônia, além da Política Nacional Integrada, que prevê ações na área de proteção de florestas, ecoturismo e reservas extrativistas, o Governo está executando projetos com recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) no valor de US\$ 200 milhões.

### • Defesa Nacional

O Governo retomou a questão da defesa nacional como um tema de interesse de todos. Foram formuladas diretrizes claras sobre a finalidade da política de defesa nacional. As diretrizes foram distribuídas a todas as chancelarias. O Brasil tem hoje uma política clara, elaborada não só pelos ministros militares, mas também pelos ministros da Justiça, da Casa Civil, das Relações Exteriores e de Assuntos Estratégicos.

Outras realizações nesse campo foram alcançadas. Criou-se a "Autoridade Nacional" encarregada de implementar os dispositivos da Convenção para a Proibição de Armas Químicas. Aprimorou-se o controle das exportações no campo das tecnologias sensíveis, com a participação do Brasil no Regime de Controle da

Tecnologia de Mísseis (MTCR) e no Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG). Merece menção, também, a participação de tropas brasileiras em missões de paz da ONU.

### • **Direitos Humanos**

Na área de direitos humanos, foram realizadas várias ações e programas, coordenados pelo Ministério da Justiça, com a participação de diversos ministérios, com o objetivo de combater a drogas, repressão ao trabalho forçado, valorização da população negra, eliminação da discriminação no emprego e na ocupação, trabalho da mulher, direitos da mulher e erradicação do trabalho infantil. Essas ações fazem parte do Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em maio de 1996. Além do Brasil, somente Austrália e Filipinas adotaram plano semelhante.

Uma questão relevante foi o pagamento de indenização às famílias de pessoas desaparecidas, em decorrência de atividades políticas entre 68 e 79 (Lei 9.140/95), num total de R\$ 15 milhões. Em 1997, estão previstos desembolsos no valor de R\$ 29 milhões.

### • **Questão Indígena**

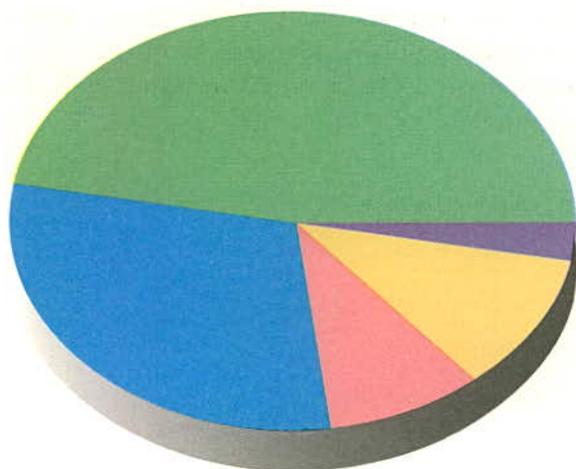
O Governo retomou, em bases incontroversas, do ponto de vista legal, a questão da demarcação das terras indígenas. No período, foram demarcadas mais terras do que em qualquer outro governo no Brasil. Os indígenas brasileiros, que são hoje cerca de 300 mil, dispõem de 11% do território nacional.

Considerando as fases do Procedimento Administrativo de Regularização de Terras Indígenas, do total das 556 terras indígenas existentes no Brasil, 120 (22%) foram objeto de tratamento no atual governo, sendo:

- registradas - 36
- homologadas - 11
- demarcadas - 56
- delimitadas - 13
- identificadas - 4

Em extensão territorial, as 120 terras em processo de demarcação no biênio 95-96 totalizam cerca de 37 milhões de hectares, que correspondem a 44% de todo o território indígena reconhecido pela União.

Terras Indígenas  
1995/96



FORNTE: FUNAI

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços registrados nos dois primeiros anos de Governo são claros. O Brasil voltou a ter rumo. Retomamos o crescimento. Começamos a reformar o Estado. Iniciamos uma nova fase das privatizações. As políticas sociais estão apresentando resultados positivos. Mas isso não basta. É preciso continuar a avançar. O compromisso do Governo é com as necessidades da população. O importante é o Brasil

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Governo Fernando Henrique Cardoso

Apoio Institucional  
Ministério das Relações Exteriores  
Ministério da Fazenda  
Ministério do Planejamento e Orçamento  
Banco Central do Brasil

## COLEÇÃO DOCUMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### PORTUGUÊS

- 01 - Discurso de Despedida do Senado Federal
- 02 - Discurso de Posse
- 03 - Mensagem ao Congresso Nacional - 1995
- 04 - Política Externa - Pronunciamentos (1º Semestre de 1995)
- 05 - Política Externa - Pronunciamentos (2º Semestre de 1995)
- 06 - A Nova Fase da Privatização
- 07 - Concessões de Serviços Públicos no Brasil
- 08 - Fatos e Dados sobre o Brasil do Real
- 09 - Real, um Novo Começo
- 10 - Proposta de Reforma Administrativa
- 11 - Proposta de Reforma Tributária
- 12 - Direitos Humanos: Novo Nome da Liberdade e da Democracia
- 13 - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
- 14 - Mensagem ao Congresso Nacional - 1996
- 15 - Os Rumos para 1996
- 16 - Programa Nacional de Direitos Humanos
- 17 - Sociedades Indígenas e Ação do Governo
- 18 - Comunidade Solidária: Todos por Todos
- 19 - O Mercado de Trabalho e a Geração de Empregos
- 20 - Por um Brasil mais Justo - Ação Social do Governo
- 21 - Uma Estratégia de Desenvolvimento Social
- 22 - Pronunciamentos do Presidente da República - 1995
- 23 - Brasil em Ação - Investimentos para o Desenvolvimento
- 24 - Política de Defesa Nacional
- 25 - Mensagem ao Congresso Nacional - 1997

### INGLÊS

- 01 - Privatization Enters a New Phase
- 02 - Public Service Concessions in Brazil
- 03 - The Results of the Real Plan
- 04 - The Telecommunication Sector in Brazil
- 05 - Brazil 1996: From Reform to Growth
- 06 - The Impact of Globalization on Developing Countries. Risks and Opportunities

### FRANCÊS

- 01 - Sociétés Indigènes et L'action du Gouvernement
- 02 - Communauté Solidaire: Tous Pour Tous
- 03 - Programme National des Droits de L'homme
- 04 - Brésil: des Réformes á la Croissance
- 05 - Deux Années de Changements

### ESPAÑHOL

- 01 - Brasil 1996 - De las Reformas al Crecimiento
- 02 - Programa Nacional de Derechos Humanos

Cópias adicionais desta publicação poderão ser solicitadas à:

Presidência da República  
Secretaria de Comunicação Social  
Esplanada dos Ministérios - bloco A - 6º andar  
Brasília - DF  
CEP: 70054-900  
Fax: (061) 223-8305

ESTA OBRA FOI FORMATADA  
E IMPRESSA PELA  
IMPrensa NACIONAL,  
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,  
70604-900, BRASÍLIA, DF,  
EM 1997, COM UMA TIRAGEM  
DE 10.000 EXEMPLARES

